



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ANDRÉ LUIZ EVANGELISTA DA SILVA

**INVESTIGAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO E ASPECTOS ECONÔMICOS
DO ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA I - ALAGOINHA/PB.**

**GUARABIRA
2025**

ANDRÉ LUIZ EVANGELISTA DA SILVA

**INVESTIGAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO E ASPECTOS ECONÔMICOS
DO ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA I - ALAGOINHA/PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a Coordenação Curso Geografia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Área de concentração: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

Orientador: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

**GUARABIRA
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Andre Luiz Evangelista da.
Investigação sobre o desenvolvimento e aspectos econômicos do assentamento Santa Terezinha I - Alagoinha/PB [manuscrito] / Andre Luiz Evangelista da Silva. - 2025.
62 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação : Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, Departamento de Geografia - CH".

1. Reforma agrária. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 3. Assentamentos rurais. I. Título

21. ed. CDD 333.3

ANDRE LUIZ EVANGELISTA DA SILVA

INVESTIGAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO E ASPECTOS ECONÔMICOS
DO ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA I - ALAGOINHA/PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Geografia da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
Geografia

Aprovada em: 05/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Leandro Paiva do Monte Rodrigues** (***.252.794-**), em 10/06/2025 22:34:46 com chave 422b7f4e466411f0a70b1a1c3150b54b.
- **Belarmino Mariano Néto** (***.848.294-**), em 11/06/2025 11:29:46 com chave 8608586046d011f0a1d11a7cc27eb1f9.
- **Elton Oliveira da Silva** (***.961.234-**), em 11/06/2025 11:44:46 com chave 9ecc744246d211f0821a2618257239a1.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 12/06/2025

Código de Autenticação: 02b19e



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, fonte inesgotável de força, luz e sabedoria, por estar comigo em cada etapa desta caminhada. A Ele, que esteve presente nos momentos mais difíceis, quando muitos não viam, mas Ele via, ouvia e me sustentava. Agradeço por cada dia em que, mesmo diante do cansaço, encontrei forças para continuar; por cada lágrima que regou a perseverança; por cada dúvida transformada em fé; e por cada desafio que me ensinou a confiar mais. Foi Deus quem guiou meus passos, iluminou meus pensamentos, fortaleceu meu coração e colocou as pessoas certas ao meu redor. Se hoje chego até aqui, é porque Ele nunca me deixou só. A Ele, minha eterna gratidão, minha devoção e a entrega de tudo o que sou e conquistei até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao meu pai Luiz Laudelino da Silva, à minha mãe Valdilene Evangelista da Silva, e à minha tia e segunda mãe Josefa da Silva Rodrigues, por todo o amor, apoio e incentivo ao longo dessa jornada. Estendo esse agradecimento a todos os meus parentes que, de alguma forma, contribuíram para que eu pudesse alcançar este sonho.

À minha avozinha Maria Júlia da Conceição, que está no céu, sei que acompanha com orgulho esse momento tão especial, ao lado do meu avô Antônio Laudelino Rodrigues. Esta conquista também é de vocês.

Agradeço ao professor Diego, por abrir minha mente e despertar em mim o desejo de escrever e explorar esta área do conhecimento. Ao professor Leandro, por sua orientação dedicada durante o desenvolvimento deste trabalho.

E ao amor da minha vida, Larissa Fernandes, minha namorada, por estar ao meu lado com tanto carinho, apoio e incentivo, nos momentos bons e ruins. Sem você, tudo teria sido mais difícil.

Por fim, minha gratidão a todos os professores que fizeram parte dessa caminhada. Cada um contribuiu para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

A Reforma Agrária no Brasil é marcada por um longo histórico de concentração fundiária, expropriação de territórios e exclusão de populações tradicionais, como camponeses, indígenas e quilombolas. Desde o período colonial, práticas como a grilagem de terras e a escravidão contribuíram para consolidar um cenário de profunda desigualdade no acesso à terra. Em resposta a essa realidade, surgiram movimentos sociais como o MST, que passaram a reivindicar justiça social e o direito à terra. Nesse contexto, o Assentamento Santa Terezinha I, localizado no município de Alagoinha, na Paraíba, representa um exemplo concreto dos impactos sociais, econômicos e políticos da Reforma Agrária. Este estudo analisou as condições geoeconômicas do assentamento, com ênfase na renda das famílias assentadas e na relação com o histórico da luta pela terra no Brasil. A pesquisa utilizou uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, com aplicação de questionários, entrevistas com lideranças locais, observação participante e análise de documentos legais e institucionais, como o Estatuto da Terra e registros do INCRA. Os resultados apontam avanços significativos na qualidade de vida dos assentados, com melhorias no acesso à educação, saúde, infraestrutura e geração de renda, especialmente por meio da produção agroecológica e da comercialização coletiva. O assentamento também se destaca como espaço de fortalecimento da organização comunitária e de promoção do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o estudo reforça a importância dos assentamentos rurais na superação das desigualdades históricas, na construção da autonomia das comunidades e na transformação do meio rural brasileiro.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Assentamentos Rurais.

Investigation into the Development and Economic Aspects of the Santa Terezinha I Settlement – Alagoinha/PB.

ABSTRACT

Agrarian reform in Brazil has been historically marked by land concentration, territorial expropriation, and the exclusion of traditional populations such as peasants, Indigenous peoples, and quilombola communities. Since colonial times, practices like land grabbing and slavery have contributed to a deeply unequal land distribution. In response, social movements such as the Landless Workers' Movement (MST) emerged to demand social justice and the right to land. Within this context, the Santa Terezinha I Settlement, located in the municipality of Alagoinha, Paraíba, stands as a concrete example of the social, economic, and political impacts of agrarian reform. This study analyzed the settlement's geoeconomic conditions, with a focus on household income and its relation to the broader historical struggle for land in Brazil. The research employed a mixed-methods approach, combining quantitative and qualitative techniques, including surveys, interviews with local leaders, participant observation, and analysis of legal and institutional documents such as the Land Statute and INCRA records. The findings reveal significant improvements in the settlers' quality of life, with greater access to education, healthcare, infrastructure, and income generation, particularly through agroecological production and collective marketing. The settlement also stands out as a space for strengthening community organization and promoting sustainable development. Therefore, this study underscores the importance of rural settlements in addressing historical inequalities, fostering community autonomy, and contributing to the transformation of Brazil's rural landscape.

Keywords: Land Reform; MST - Landless Workers' Movement; Rural Settlements

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

SIABI – Sistema Integrado de Automação de Bibliotecas

TDA – Título da Dívida Agrária

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

QUADRO DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização dos assentamentos em Alagoinha/PB	24
Figura 2 – Usina Tanques na sede em Alagoa Grande-PB em 1979	25
Figura 3 – Usina Tanques na sede em Alagoa Grande-PB antes e depois	26
Figura 4 – Casarão construído no período da Usina Tanques, imagem de 2009	26
Figura 5 – Atual Casa Sede da Associação, dezembro de 2024	27
Figura 6 – Casa de farinha de morador do Assentamento, março de 2025.....	27
Figura 7 – Trabalho dos assentados na casa de farinha, março de 2025	29
Figura 8 – Processo de entrevista junto aos assentados	30
Figura 9 – Plantação de milho perdida, maio de 2025	32
Figura 10 – Novo plantio de morador, maio de 2025	34
Figura 11 – Criação de gado de morador do Assentamento, maio de 2025.....	35
Figura 12 – Casa de morador do Assentamento, maio de 2025	36
Figura 13 – Outra casa de morador do Assentamento, maio de 2025	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TERRAS EM DISPUTA: A GEOGRAFIA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	12
2.1 TERRITÓRIOS EM CONFLITO: A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA ...	19
3 ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA I: CONFLITOS, ORIGEM E CONTEXTO ATUAL	24
4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO NO ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA I	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERENCIAS	41
ANEXO A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	45

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária no Brasil é um tema central na luta histórica por justiça social, cujas raízes remontam à resistência de indígenas, quilombolas e camponeses contra a expropriação territorial, legado da colonização e da escravidão. Como afirma Martins (2010, p. 89), "a formação do latifúndio no Brasil está diretamente ligada à violência colonial, que relegou às margens da sociedade aqueles que historicamente trabalharam a terra". No século XX, movimentos como as Ligas Camponesas (décadas de 1950-60) e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, emergiram como forças políticas decisivas, organizando ocupações e marchas para democratizar o acesso à terra.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as questões geoeconômicas do Assentamento Rural Santa Terezinha I, com ênfase na renda dos assentados, compreendida não apenas em termos monetários, mas também pela produção agrícola em espécie, como safras de feijão, milho e outros cultivos, articulando tais aspectos ao contexto histórico da reforma agrária no Brasil. Para isso, busca-se compreender as dinâmicas socioeconômicas do assentamento, coletar dados sobre a renda das famílias (tanto em dinheiro quanto em produção), o nível educacional e a organização social, além de analisar o uso da terra e seu impacto nas dinâmicas locais.

Considerando a renda como um indicador crítico das desigualdades estruturais, que, conforme Schneider, (2010, p. 112). "A renda camponesa não se reduz ao dinheiro circulante, mas se materializa na própria produção: sacas de feijão, arroz, milho e outros gêneros que sustentam as famílias e se convertem, em parte, em excedentes comercializáveis ". O estudo pretende demonstrar como as condições materiais do assentamento — incluindo sua capacidade produtiva autônoma — refletem heranças coloniais e resistências contemporâneas, contribuindo para o debate sobre equidade no campo.

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para abranger as múltiplas dimensões da realidade geoeconômica do Assentamento Santa Terezinha I. A fundamentação teórica foi construída a partir de uma pesquisa bibliográfica sistemática, contemplando desde obras clássicas sobre a questão agrária brasileira — como *O Cativo da Terra* (MARTINS, 2010), que aborda a formação histórica da estrutura fundiária excludente

— até estudos contemporâneos, como os de Melo e Scopinho (2018), que discutem a organização social em assentamentos, e Gosch (2020), que analisa as desigualdades estruturais nos espaços rurais.

Também foram considerados artigos científicos indexados, teses acadêmicas e relatórios técnicos de instituições como o INCRA e o IPEA, que forneceram dados atualizados sobre a dinâmica socioeconômica dos assentamentos na região estudada. No componente empírico, foi realizado trabalho de campo entre 14 de abril à 25 de maio de 2025, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas as 20 famílias assentadas, com base em Rodrigues (2012) adaptou-se o roteiro de entrevista desenvolvido pela Professora Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira, docente da Universidade Federal da Paraíba (ANEXO I).

O instrumento de pesquisa (Anexo A) foi estruturado em quatro eixos principais: renda total familiar (monetária e não monetária), perfil educacional (escolaridade formal e capacitações técnicas), acesso a políticas públicas (como Pronaf, Bolsa Família) e formas de organização coletiva (associações, cooperativas e grupos de trabalho mútuo).

A análise cruzada dessas variáveis permitiu identificar padrões entre a renda, a estrutura produtiva e o grau de articulação comunitária, oferecendo subsídios para refletir sobre os limites e potencialidades do assentamento no contexto da reforma agrária brasileira. Dessa forma a seleção das famílias, buscou ouvir todas as famílias que deram origem ao assentamento, assim, considerando a diversidade socioeconômica e tempo de residência no assentamento, garantindo uma amostra representativa.

A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de, como destacam Melo e Scopinho (2018, p. 112), "articular a teoria acadêmica com a realidade concreta dos sujeitos do campo, cujas vozes frequentemente são silenciadas nas políticas públicas". Complementarmente, foram realizadas entrevistas semidirigidas com lideranças locais e observação participante nas atividades coletivas, como mutirões agrícolas, visando capturar nuances não quantificáveis. Essa metodologia é essencial para compreender as condições de vida e os desafios enfrentados pelos assentados, conectando a teoria à prática e contribuindo para o debate sobre reforma agrária no Brasil.

A justificativa parte da premissa de que, mesmo em um mundo globalizado, a disputa por território permanece intrínseca à humanidade, como evidenciado desde os impérios antigos, como Roma e Alexandre Magno, até os conflitos modernos. No Brasil, essa dinâmica se reflete na concentração fundiária pós-colonização, onde assentamentos rurais como o Santa Terezinha I, em Alagoinha-PB, surgem como respostas à exclusão social.

Este trabalho está estruturado em três seções principais. A primeira seção aborda a reforma agrária no Brasil em sua perspectiva histórica, destacando a relação entre concentração fundiária e desigualdades sociais, além de mencionar a luta de movimentos como as Ligas Camponesas e o MST. O objetivo dessa parte é contextualizar o tema dentro de um panorama amplo que vincula políticas agrárias ao desenvolvimento social.

A segunda seção analisa o contexto agrário na Paraíba, com foco nas dinâmicas regionais que influenciam o Assentamento Santa Terezinha I. Incluem-se reflexões sobre como aspectos geoeconômicos locais se conectam a tendências nacionais de reforma agrária, proporcionando um entendimento integrado entre escala regional e nacional.

A terceira seção se concentra na investigação geoeconômica do Assentamento Santa Terezinha I. Ela explora aspectos específicos, como as condições de vida e organização coletiva dos assentados, com base nos dados coletados durante o trabalho de campo. Essa seção também apresenta discussões baseadas na abordagem mista, conectando os resultados às premissas teóricas apresentadas anteriormente e contribuindo para o debate sobre equidade no campo.

2 TERRAS EM DISPUTA: A GEOGRAFIA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A distribuição de terras no Brasil é um tema central na análise geográfica do país, refletindo a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas ao longo da história. Desde a colonização portuguesa, a terra foi um elemento crucial na formação da sociedade brasileira, com a concentração fundiária sendo uma característica marcante. Historicamente, essa distribuição foi marcada pela desigualdade, consolidada durante o período colonial com a prática da plantation e a formação dos latifúndios, que, como ressalta Martins (2010, p. 89), "transformaram a terra em instrumento de poder, excluindo as maiorias rurais de direitos básicos".

A Reforma Agrária emerge, assim, como resposta a séculos de exclusão, sendo um tema central nas discussões sobre justiça social e desenvolvimento. Desde a colonização, comunidades como indígenas, quilombolas e camponeses resistiram à expropriação territorial. Os quilombos, por exemplo, não apenas abrigaram escravizados fugitivos, mas reivindicaram autonomia sobre o território.

Ao analisar os Quilombos Facina (2015, p. 89), destacou que "Palmares representou uma insurgência contra a lógica escravocrata, afirmando a terra como espaço de liberdade". No século XIX, movimentos como Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916) simbolizaram a resistência camponesa à grilagem de terras por elites e empresas, articulando, nas palavras de Sodré (1984, p. 132), "projetos alternativos de organização social baseados na posse coletiva".

No século XX, as Ligas Camponesas (1950-60) marcaram a primeira organização nacional de luta por reforma agrária, utilizando greves e ocupações como táticas (Pereira, 2010, p. 45). As Ligas Camponesas que emergiram no Brasil na década de 1950, principalmente no Nordeste, região marcada pela concentração fundiária, pobreza rural e relações de trabalho semifeudais. Para Martins (2010, p. 167), "as Ligas representaram a primeira tentativa de organizar os sem-terra em escala nacional, rompendo com o paternalismo tradicional do coronelismo".

O movimento ganhou força em 1955, em Engenho Galiléia-PB, quando camponeses se organizaram para resistir à expulsão de suas terras por um latifundiário. Sob a liderança de Francisco Julião, advogado e deputado estadual, as

Ligas tornaram-se um fenômeno nacional, expandindo-se para estados como Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas (Pereira, 2010, p. 34). Outro movimento que contribuiu para o surgimento das Ligas Camponesas foram os movimentos Socialista e Comunista Internacional: O Partido Comunista Brasileiro (PCB) apoiou as Ligas, embora Julião criticasse sua abordagem "muito teórica" (Julião, 1962, p. 42).

Julião definia as Ligas como "organizações de camponeses pobres que lutam por terra, justiça e dignidade" (Julião, 1962, p. 15). Sua atuação incluía greves, ocupações de terras e pressão por direitos trabalhistas, como o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963.

Segundo Fernandes (2008, p. 56), "as Ligas não buscavam apenas terra, mas a transformação das estruturas sociais, inspirando-se em ideais socialistas". Em 1962, chegaram a ter mais de 200 mil filiados, com destaque para a Liga de Sapé-PB que conquistou a desapropriação de um latifúndio após uma greve histórica (Pereira, 2010, p. 89).

Essas mobilizações pavimentaram o caminho para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, a partir dos anos 1980, consolidou-se como força política central. Fernandes (2008, p. 72) argumenta que "a reforma agrária é, antes de tudo, uma disputa por um modelo de sociedade que supere a herança colonial de exclusão".

A distribuição de terras no Brasil é um tema central na análise geográfica do país, refletindo a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas ao longo da história. Desde a colonização portuguesa, a terra foi um elemento crucial na formação da sociedade brasileira, com a concentração fundiária sendo uma característica marcante.

Historicamente, a distribuição de terras foi marcada pela concentração nas mãos de poucos, especialmente durante o período colonial, quando as grandes propriedades rurais, chamadas de latifúndios, se tornaram predominantes. A prática da *plantation*, voltada para a exportação, consolidou essa desigualdade, resultando em um modelo agrário excludente que perdurou por séculos Martins (2010).

A Reforma Agrária é um tema central nas discussões sobre justiça social e desenvolvimento no Brasil, refletindo uma longa trajetória de luta pela terra. Desde a colonização, diversas comunidades, como camponeses, indígenas e quilombolas,

enfrentaram a expropriação e a luta por acesso à terra. O histórico de escravidão moldou as relações agrárias, com quilombos e comunidades de escravos fugitivos resistindo e reivindicando a posse de terras (Martins, 2010, p. 45). Partindo dessa perspectiva, temos a reforma agrária como catapultadora das lutas pela terra, mas então o que seria a reforma agrária?

Segundo o Art. 16 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, do Estatuto da Terra:

A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (Brasil, 1964).

Nesse contexto, a reforma agrária surge como resposta a essas disparidades, visando a redistribuição de terras improdutivas para famílias sem-terra, comunidades indígenas e tradicionais. Contudo, a efetivação desse processo reformista tornou-se um desafio recorrente devido à contínua entrada de potenciais beneficiários e à resistência de setores conservadores.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge como uma força motriz nesse cenário, liderando ocupações e mobilizações para pressionar por transformações estruturais. Segundo Figlioli (2008), a atuação do MST é marcada por uma pela conexão entre teoria e prática, na luta pela reforma agrária, pois este movimento busca estabelecer experiências de luta e coletividade nos acampamentos e assentamentos.

Ademais, a reforma agrária não se limita apenas à redistribuição de terras, mas também engloba a garantia de condições dignas de trabalho no campo, acesso a crédito, assistência técnica e infraestrutura adequada para o desenvolvimento sustentável das atividades agrícolas. A busca por justiça social e pela valorização da agricultura familiar são pilares fundamentais desse processo reformista.

Seguindo a linha de pensamento de Rocha (2014):

Temos 21 tipos de territórios da Reforma Agrária no Brasil. Em nossa análise subdividimos esses 21 tipos em dois grandes grupos: os agropecuários e os agroflorestais-extrativistas. O agropecuário é constituído por doze tipos, são eles: PA (Projeto de Assentamento Federal); PE (Projeto de Assentamento Estadual); AQ (Assentamento Quilombola); Assentamentos Municipais (PAM - Projeto de

Assentamento Municipal e PCA - Projeto de Assentamento Casulo); PFP (Projeto Fundo de Pasto); Reassentamento de atingidos por barragens e grandes obras (PRB - Projeto de Reassentamento de atingidos por Barragens e PAD - Projeto de Assentamento Dirigido); PAC (Projeto de Assentamento Conjunto); PAR (Projeto de Assentamento Rápido); PC (Projeto de Colonização Oficial) e; PIC (Projeto Integrado de Colonização). No grupo dos agro-florestais-extrativista, temos oito tipos, são eles: PAE (Projeto de Assentamentos Agroextrativistas); PAF (Projeto de Assentamento Florestal); PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável); PEAX (Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista); PEAS (Projeto Estadual de Assentamento Sustentável); FLOE (Floresta Estadual); FLONA (Florestas Nacionais); RESEX (Reserva Extrativista) e; RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) (Rocha, 2014, p.7).

Para Martins (2004), a luta pela terra deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de transformação social, que requer uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder existentes. Nesse cenário, a reforma agrária representa um desafio multifacetado e complexo. Dentre seus diferentes aspectos, destacam-se três tipos principais: Reforma Agrária Marginal (ou Contra Reforma), Reforma Agrária Conservadora e Reforma Agrária Estrutural.

A Reforma Agrária Marginal, também conhecida como Contra-Reforma Agrária, é como uma maquiagem superficial nas questões de terra, feita para acalmar os ânimos sem mudar de verdade a situação dos camponeses. De acordo com Rocha (2014 p. 11) “a reforma marginal não busca resolver as questões estruturais da propriedade da terra, mas sim desviar a pressão dos movimentos sociais que lutam pela terra” Em vez de realmente ajudar quem precisa de terra, ela só serve para evitar problemas e acalmar os conflitos no campo.

Historicamente, a Reforma Agrária Marginal foi usada em tempos difíceis, como na época da ditadura no Brasil, para manter tudo como estava. Em vez de ajudar os camponeses, as políticas agrárias eram usadas para criar novos assentamentos em áreas longe, reprimir os movimentos dos camponeses e fortalecer o poder dos grandes donos de terra.

Isso só fez com que os camponeses fossem deixados de lado e as desigualdades continuassem. Essa Reforma Agrária Marginal não resolve os problemas reais da questão agrária, e ainda pode piorar a situação dos que lutam por seus respectivos direitos. Enquanto uma reforma agrária de verdade busca mudanças

profundas e a conservadora faz ajustes de superfície, a Reforma Agrária Marginal só mantém tudo como está, ignorando as necessidades dos camponeses.

A Reforma Agrária Conservadora é uma forma de reforma agrária que busca fazer mudanças superficiais na estrutura de propriedade da terra, sem alterar de forma significativa as relações de poder e as normas institucionais que mantêm a desigualdade no campo. Geralmente implementada em resposta a pressões sociais e conflitos, essa abordagem tende a manter o status quo e o domínio do capital agrário.

Sobre a Reforma Agrária Conservadora, afirma (2014, p. 13) "Esta categoria é marcada por uma operação negociada que visa manter, em parte, o *status quo* dominante, atendendo algumas reivindicações dos camponeses, mas sem promover mudanças significativas nas estruturas agrárias existentes".

Suas características incluem negociações entre diferentes forças sociais, atendendo de forma limitada às demandas dos movimentos camponeses e resultando em uma redistribuição de terras que não transforma profundamente a estrutura fundiária existente. Em vez de promover justiça social e equidade no acesso à terra, foca em medidas paliativas para acalmar tensões sociais sem resolver as causas estruturais da desigualdade.

Além disso, a Reforma Agrária Conservadora pode ser vista como uma estratégia estatal para legitimar sua atuação e evitar mudanças radicais, consolidando o poder do capital e mantendo os camponeses em posição subalterna. Enquanto a Reforma Agrária Estrutural busca uma transformação profunda e radical, a Conservadora se limita a ajustes que não desafiam as bases do sistema agrário capitalista.

A Reforma Agrária Estrutural é como um grande movimento de transformação no campo, onde pessoas comuns se unem para mudar a forma como a terra é distribuída e utilizada em um país. Essa reforma é impulsionada pelos camponeses e grupos populares que buscam não apenas dividir as terras de forma mais justa, mas também mudar as regras que mantêm a desigualdade na posse da terra, MST (2021).

O objetivo é criar uma mudança profunda no jeito como o campo se desenvolve, com foco em justiça social, inclusão e no fortalecimento das seus respectivos direitos agricultura. Essa abordagem se destaca das reformas mais conservadoras, que apenas fazem ajustes superficiais. Historicamente, a Reforma Agrária Estrutural é

vista como uma resposta às necessidades de igualdade e um desenvolvimento mais sustentável, reconhecendo o valor dos agricultores familiares e das práticas tradicionais, Fernandes (2008).

A Reforma Agrária Estrutural, busca garantir que os camponeses tenham acesso à terra, recursos e apoio técnico, promovendo assim a independência e o respeito das comunidades rurais. cuja análise crítica deve abarcar não apenas os aspectos estruturais e políticos, mas também as demandas e anseios dos movimentos sociais e das comunidades diretamente envolvidas, Oliveira (2008)

A busca por equidade no campo e por um desenvolvimento rural justo e sustentável são objetivos essenciais nesse cenário de transformação e luta por direitos no Brasil. Como abordado por Andrade (1994):

A questão da luta pela terra, se por um lado, acirrou os debates em torno das suas causas, por outro tornou evidente a resistência histórica dos proprietários de terra e o poder de pressão que sempre exerceram sobre os governos, para evitar a adoção de políticas com vistas a mudanças estruturais (Andrade, 1994, p. 11).

Como já abordado no Século XX, movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu em 1984, emergiram como forças significativas na busca pela democratização do acesso à terra e pela implementação da reforma agrária, protagonizando marchas e ocupações em defesa de seus direitos, MST (2021).

A geografia da distribuição de terras passou a ser analisada sob a ótica das desigualdades regionais, com o Nordeste brasileiro apresentando uma das maiores concentrações de terras e um histórico de conflitos agrários. De acordo com Andrade (1994) a oligarquia rural sempre procurou evitar qualquer ação que contestasse a propriedade da terra, utilizando-se para isto de seu prestígio político e do uso da máquina do Estado, para coibir qualquer ameaça à estrutura fundiária vigente.

Sendo assim nesse cenário a luta pela terra transcende a mera resistência à expropriação; ela busca a justiça social e uma nova concepção de território, que abarca não apenas o uso da terra como meio de produção, mas também a construção de projetos políticos e estruturas institucionais que promovam equidade.

A Reforma Agrária como cita Amarante (2019) é uma forma de reduzir os níveis de concentração fundiária através de políticas públicas como algo essencial, pois

proporcionará a socialização da terra, a inserção de pessoas no mercado de trabalho e o aumento da produção alimentícia, através de políticas públicas, tais objetivos são implementados com a criação de instituições, como a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970.

No entanto, a eficácia dessas políticas é frequentemente questionada, uma vez que muitas áreas ainda permanecem concentradas nas mãos de grandes proprietários. A análise geográfica da distribuição de terras no Brasil destaca não apenas a desigualdade histórica, mas também a necessidade de políticas que integrem a justiça social e a sustentabilidade, refletindo a complexidade das interações entre sociedade e espaço Alves, Del Grossi (2020)

Andrade (1994) contextualiza a luta pela reforma agrária como uma resposta às tensões sociais e à concentração de terras, enfatizando que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos sindicatos, houve avanços significativos na legitimação da representação dos trabalhadores. A autora critica a abordagem burocrática adotada por algumas organizações, que, embora buscassem resolver conflitos, muitas vezes inviabilizavam ações mais efetivas.

Autores como Raúl Prebisch discutem a dependência econômica e a concentração de terras como fatores que perpetuam a desigualdade social. Por outro lado, José de Souza Martins (2004), enfatiza a relevância da mobilização social e dos movimentos organizados, como o MST, na luta por políticas que garantam inclusão e justiça social.

Segundo Martins (2004), a persistência do latifúndio e a concentração de terras são obstáculos significativos para a efetivação de uma reforma agrária que promova a justiça social. A consideração das especificidades regionais na implementação da reforma é fundamental, especialmente em contextos como o Nordeste, onde a concentração fundiária é acentuada e a reforma agrária se mostra uma resposta necessária às desigualdades históricas.

Além disso, a intersecção entre meio ambiente e desenvolvimento sustentável é um aspecto crucial na discussão sobre reforma agrária. Como aponta Silva (2020) a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a preservação dos recursos naturais nas áreas de assentamentos são essenciais para garantir a viabilidade a longo prazo dessas áreas rurais.

Portanto, a construção de uma identidade comunitária e a valorização das práticas tradicionais são fundamentais para fortalecer as comunidades e promover um desenvolvimento mais equitativo. Essa análise integrada das diversas dimensões da reforma agrária é vital para o avanço das políticas públicas e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1 TERRITÓRIOS EM CONFLITO: A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA

Como abordado na obra de Oliveira e Miranda (2019) no contexto da Paraíba, a luta pela terra tem suas raízes na década de 1950, com a formação das ligas camponesas na Zona da Mata paraibana. Com o golpe militar de 1964, essas ligas foram desarticuladas, causando uma retração no movimento pela terra. No entanto, na década de 1980, com a redemocratização do Brasil, os movimentos sociais voltaram a atuar, pressionando o governo pela reforma agrária.

A atuação da Igreja Católica, especialmente por meio de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foi fundamental na luta pela terra e na criação de assentamentos rurais na Paraíba. Inspirada pela Teologia da Libertação, que prioriza a "opção preferencial pelos pobres" (França, 2020, p. 42), a Igreja desempenhou um papel crucial na organização de trabalhadores rurais, na mediação de conflitos fundiários e na pressão por políticas de reforma agrária. Conforme Lowy (1991, p. 33), essa teologia emergiu como "uma mudança radical das estruturas sociais protagonizada pelos próprios pobres", alinhando fé e engajamento político.

Nesse período da década de 1980, durante o processo de redemocratização do Brasil, a Igreja Católica, por meio da CPT, tornou-se uma das principais aliadas dos movimentos sociais rurais. Na Paraíba, essa atuação ganhou destaque em regiões como o Agreste e o Brejo, onde a concentração fundiária histórica e a exclusão social eram graves. Conforme Oliveira e Miranda (2019, p. 5), a CPT atuou diretamente na organização de agricultores familiares em municípios da Paraíba como Araruna e Bananeiras, auxiliando na demarcação de terras públicas griladas e na formação de assentamentos.

A CPT, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), não apenas ofereceu suporte logístico, mas também promoveu a conscientização política dos trabalhadores. Como destaca Traspadini (2018, p. 17), "a questão agrária está intrinsecamente ligada à dinâmica do capital e às políticas agrárias que, em sua maioria, foram orientadas para beneficiar as elites agrárias e o capital internacional".

Um exemplo emblemático é o Assentamento Acauã, localizado no município de Aparecida-PB. Criado em 1996, esse projeto foi resultado da mobilização de famílias apoiadas pela CPT e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) movimentos que sempre estão ligados as batalhas, pela justiça social de direito a terra França (2020) .

Segundo Silva et al. (2017, p. 118), o assentamento não apenas garantiu acesso à terra, mas também promoveu a construção de cisternas, escolas e sistemas de produção agrícola sustentáveis, como o modelo Mandala, que diversifica cultivos e fortalece a segurança alimentar. Essas ações ecoam a visão de Dom Marcelo Cavalheira, primeiro bispo de Guarabira, que afirmava: "a Igreja deve ser pobre e agir no meio dos oprimidos" (Gutiérrez, 1985, p. 101).

Um outro exemplo é o Assentamento Vazante, em Tacima-PB, resultado da resistência de famílias apoiadas pela CPT. Segundo França (2020, p. 68), o Padre Luiz Pescarmona, coordenador da CPT na região, destacava que "a vida dos camponeses é que nos mostrou o caminho", referindo-se ao protagonismo dos trabalhadores nas ocupações. O autor ressalta ainda que a Igreja, sob a liderança de Dom Marcelo Cavalheira, bispo de Guarabira, defendia que "a terra é um dom de Deus a todos os homens" (França, 2020, p. 55), posição que confrontava a lógica do latifúndio.

Outro caso significativo ocorreu na Fazenda Carvalho, em Bananeiras-PB, onde 140 famílias de arrendatários resistiram à expulsão por meio de apoio jurídico do Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH). Conforme França (2020, p. 66), "o CODH não se limitou à orientação jurídica, mas promoveu a formação política dos trabalhadores", articulando-se com o Serviço de Educação Popular (SEDUP) para alfabetização e conscientização.

Outro caso ocorreu em Araruna-PB, onde a CPT mediou conflitos pela posse de terras na década de 1980. Agricultores que ocuparam áreas griladas, como a

Fazenda Varelo de Baixo, receberam apoio pastoral para pressionar o governo por desapropriações. A CPT, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), não apenas ofereceu suporte logístico, mas também promoveu a conscientização política dos trabalhadores, utilizando a Bíblia como "palavra revolucionária que guiava a ação libertadora" (França, 2020, p. 47).

Conforme depoimento de um trabalhador rural: "Se não fosse a CPT, não teríamos conseguido nada aqui" (Moreira, 1997, p. 201). Personalidades como Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba entre 1965 e 1995, simbolizam o engajamento da Igreja. Dom José defendia que "a terra é um dom de Deus para todos, não um privilégio de poucos" (CNBB, 1980, p. 21), posição reforçada por documentos como a carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga (1971), que denunciava o latifúndio como instrumento de exploração.

A Igreja Católica, por meio da CPT e das CEBs, foi essencial para a consolidação de assentamentos rurais na Paraíba, articulando fé e política em prol da justiça social. Seu legado inclui não apenas a conquista de terras, mas a promoção de educação, técnicas agrícolas sustentáveis e resistência contra a concentração fundiária. Como destacam Oliveira e Miranda (2019), a questão agrária na Paraíba é um reflexo das desigualdades históricas e das tensões sociais que permeiam a distribuição de terras no estado.

No entanto, os desafios persistem. Conforme Melo e Scopinho (2018), a institucionalização do cooperativismo nas políticas públicas muitas vezes ignora as realidades enfrentadas pelos trabalhadores assentados, resultando em uma desconexão entre teoria e prática. Nas palavras de Frei Betto (1981, p. 33), a luta pela terra exige "conscientização histórica e transformação radical", algo que a Igreja buscou promover através das CEBs, utilizando métodos como "ver-julgar-agir" para empoderar comunidades (Betto, 1981, p. 33).

Não se quer dizer que seja ruim a criação dos assentamentos rurais, longe disso como dito a luta pela terra é crucial segundo Oliveira e Miranda (2019, p. 13) "a criação de assentamentos rurais proporcionou inúmeros benefícios econômicos e sociais para os municípios sertanejos, no entanto historicamente, a terra na Paraíba foi dominada por grandes proprietários, que controlaram extensas áreas destinadas à agricultura, principalmente à produção de açúcar e a criação de gado.

Essa concentração resultou em uma estrutura agrária excludente, onde agricultores e trabalhadores rurais muitas vezes ficaram à margem, lutando por direitos e reconhecimento visto que muitos assentamentos da Paraíba são formados por ocupação de terras de usinas de corte de cana-de-açúcar, sobre a batuta dos grandes proprietários, figuras políticas e poderosas com influência política muito relevante em todo o estado.

Nesse cenário movimentos sociais, como o MST, têm se mobilizado cada vez mais para reivindicar a reforma agrária e a redistribuição de terras. Pensadores como Caldart (2001) afirmam que cerca de mais de 250 mil famílias assentadas e 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil, o MST tem sido um agente crucial na promoção da reforma agrária e na construção de uma sociedade mais justa em todo o contexto geografia da Paraíba, com suas particularidades climáticas e socioeconômicas, influencia diretamente essas lutas, tornando a questão agrária um tema central nas discussões sobre desenvolvimento e justiça social.

Nesse cenário de luta pela terra os assentamentos rurais tem em suma maioria a agricultura familiar que na análise de Moura (2024) o fortalecimento da agricultura familiar é uma estratégia central na proposta de desenvolvimento rural, sendo essencial a alocação de recursos e a assistência técnica para os assentamentos. Além disso, a relação entre a agricultura familiar e a produção sustentável é uma preocupação crescente na Paraíba. A busca por práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente e promovam a segurança alimentar é essencial para garantir um futuro mais equitativo e sustentável para a população rural.

Na Paraíba contemporânea, a luta pela terra mantém-se como um eixo central de disputa entre projetos antagônicos: de um lado, a persistência do latifúndio e a expansão do agronegócio; de outro, a resistência de assentamentos que buscam consolidar modelos agroecológicos e coletivos. Conforme destacam Oliveira e Silva (2023), 'a reforma agrária no estado segue marcada por avanços fragmentados, onde a conquista de territórios convive com a precarização de políticas públicas e a pressão de grandes empreendimentos, como os parques eólicos, que ameaçam reassentar violências fundiárias sob novas roupagens' (Oliveira; Silva, 2023, p. 15).

Em suma, a análise da questão agrária na Paraíba revela a complexidade das interações entre terra, sociedade e meio ambiente, destacando a necessidade de políticas que promovam a justiça social e a inclusão dos trabalhadores rurais no

processo de desenvolvimento do estado. Como aponta Traspadini (2018, p. 17), "a questão agrária está intrinsecamente ligada à dinâmica do capital e às políticas agrárias que, em sua maioria, foram orientadas para beneficiar as elites agrárias e o capital internacional".

3 ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA I: CONFLITOS, ORIGEM E CONTEXTO ATUAL

A região de Alagoinha, situada no Agreste Paraibano, tem uma longa história de tensões fundiárias, resultantes da concentração de terras e da expansão da agropecuária. Desde a década de 1980, conflitos como os da Fazenda Cumaru/Jacaré (1986) e Fazenda Genipapo II (1987) exemplificam a resistência dos trabalhadores rurais contra expulsões e práticas de grilagem, Emília (2019).

Esses conflitos foram marcados por episódios de violência patronal, onde capangas armados destruíam roçados e ameaçavam famílias (CPT, 1986). A falta de mediação estatal, caracterizada pela morosidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Justiça, agravou a insegurança no campo, como evidenciado no caso da Fazenda Genipapo II, cujo processo de desapropriação foi arquivado devido a inconsistências burocráticas segundo a Federação dos Trabalhadores Na Agricultura Da Paraíba (FETAG, 1987, p. 14).

O Assentamento Santa Terezinha I foi criado em 1999 (figura 1), a partir da desapropriação do Engenho Santa Terezinha, que pertencia à Usina Tanques S/A. O processo de desapropriação, fundamentado na Ação de Desapropriação nº 99.7822-5, baseou-se no artigo 184 da Constituição Federal, que prevê a desapropriação de terras que não cumprem sua função social (BRASIL, 1988). Inicialmente registrada com 252,64 hectares, a área foi ajustada para 202,9869 hectares após vistoria técnica, revelando as inconsistências comuns em disputas fundiárias (INCRA, 1999, p. 5).

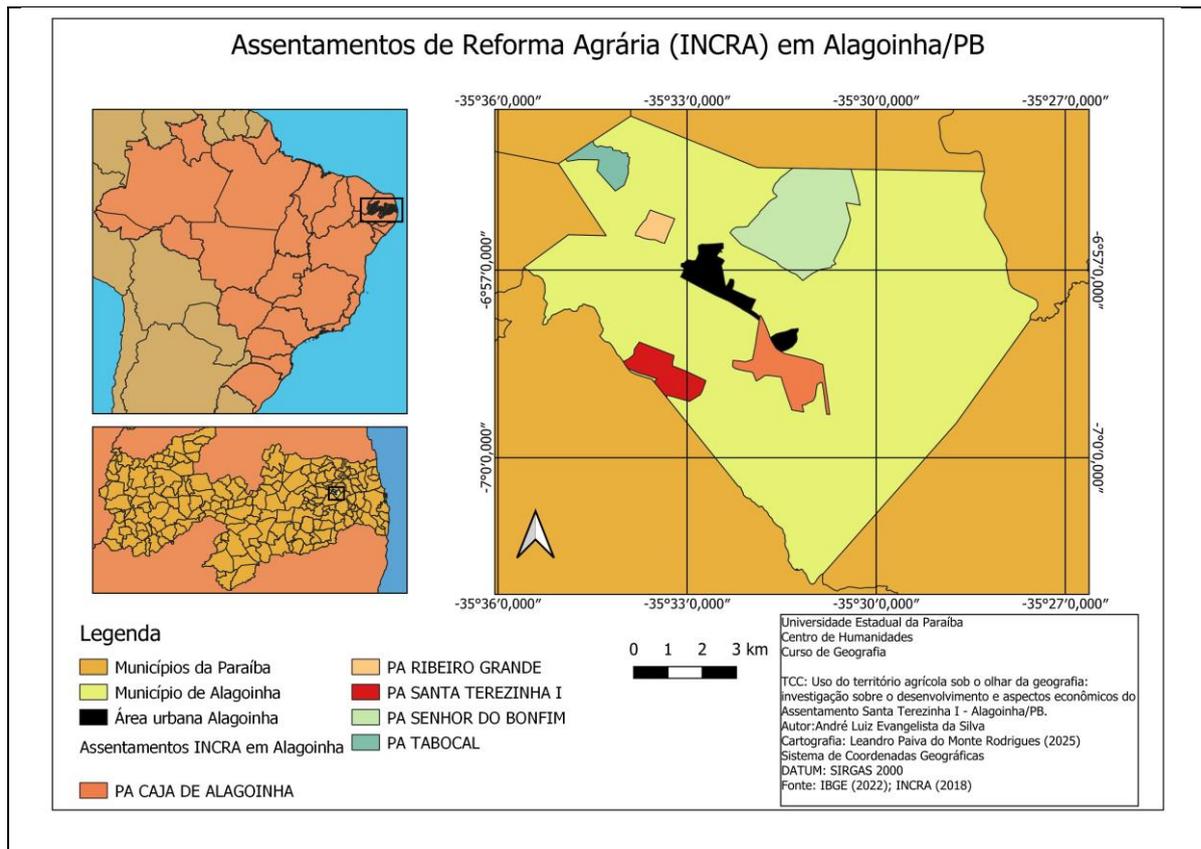
A Usina Tanques S/A (figuras 2 e 3), foi fundada na década de 1920 em Alagoa Grande, Paraíba, pelos empresários Herectiano Zenaide Nóbrega de Albuquerque, Apolônio Zenaide Montenegro e João Holmes Sobrinho. Na década de 1950, foi vendida para Agnaldo Veloso Borges, que modernizou a estrutura e expandiu a produção, tornando-a uma das principais indústrias açucareiras da região. Segundo Freire (2002, p. 295), a usina "tinha força política no Estado, prestígio com os militares e poder de reação individual", consolidando-se como símbolo de prosperidade local.

A usina chegou a empregar cerca de 3 mil trabalhadores (entre diretos e indiretos), movimentando a economia local. Conforme relatos de ex-funcionários, "o pagamento dos funcionários acontecia às sextas-feiras, e o dinheiro circulava no

comércio da cidade, especialmente na feira livre, que ficava movimentada até o final de semana" (Entrevistado 1 apud Silva, 2021, p. 31). Guimarães (2012, p. 96) destaca.

que "com a Usina Tanques S/A em atividade, a feira livre tinha dois momentos: de 5:00 às 11:00 no sábado e [...] até o lusco-fusco da noite", evidenciando o impacto econômico.

Figura 1: Localização dos assentamentos em Alagoinha/PB

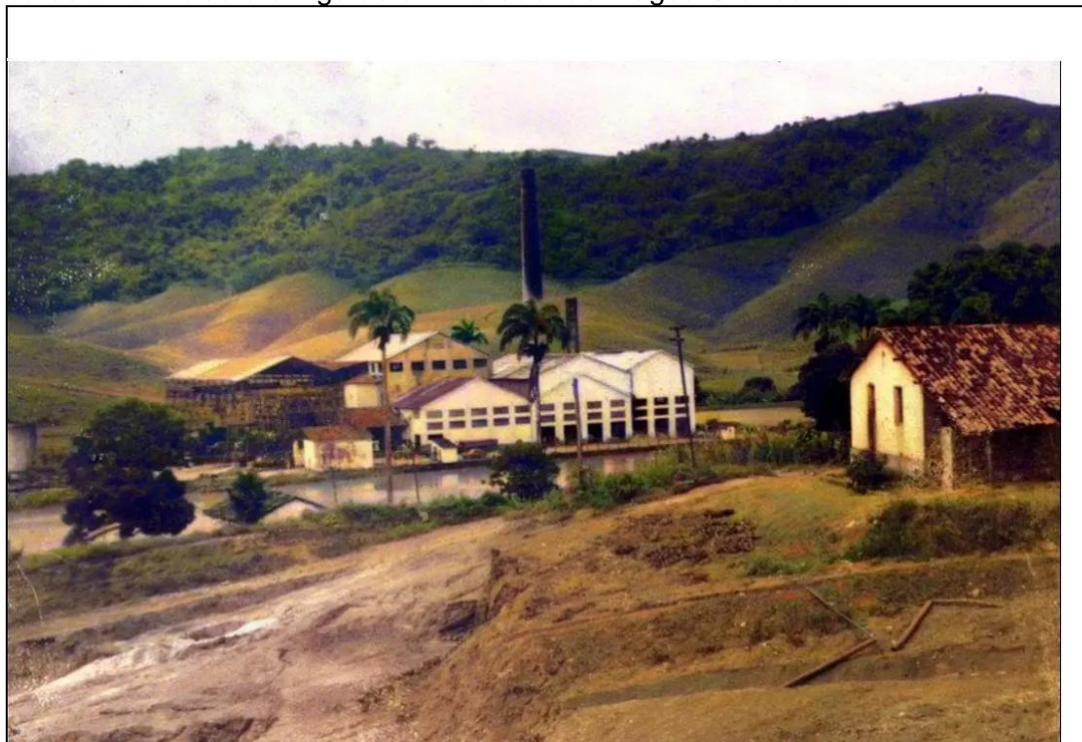


Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues (2025)

Além do açúcar, a usina influenciava politicamente o município. Freire (2002, p. 295) ressalta que, no final dos anos 1970, Alagoa Grande contribuía com 9,4% da produção de açúcar da Paraíba, posicionando-se como décima em área cultivada no Estado.

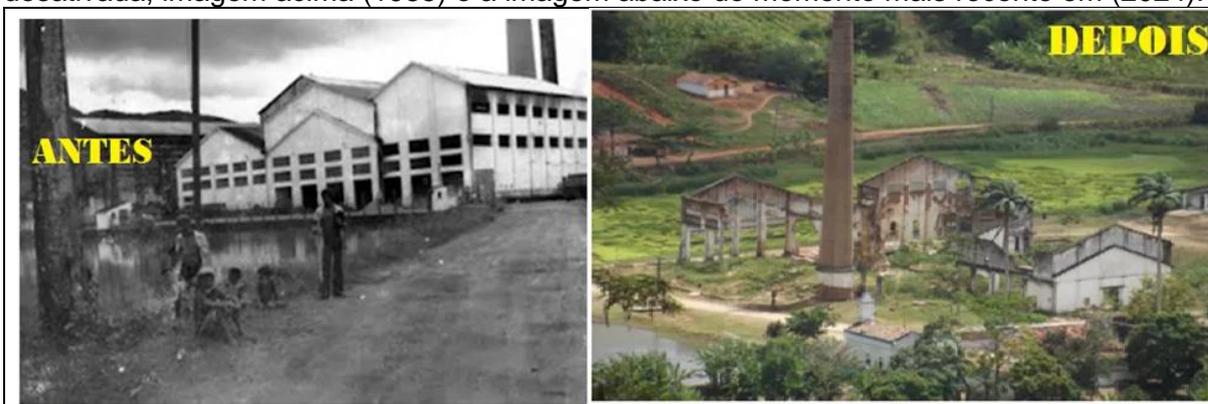
Após a morte de Agnaldo Veloso Borges em 1990, a usina passou a ser administrada por sua viúva e filhas, mas enfrentou graves problemas. Silva (2021, p. 23) aponta que "a falta de gestão e o fim do Proálcool foram determinantes para a sua falência, somados aos altos juros bancários e ao baixo preço do açúcar". A crise do setor açucareiro nos anos 1990, aliada às "dificuldades de mecanização devido ao relevo acidentado das terras" (Silva, 2021, p. 25), acelerou o colapso.

Figura 2. Foto da Usina Tanques na sua sede em Alagoa Grande-PB em 1979, foto digitalizada de uma moldura antiga de um morador de Alagoa Grande-PB.



Fonte: Arquivo de Alcélcio Góis comunidade Usina Tanques (1979), modificada pelo autor em (2025)

Figura 3. As imagens a seguir revelam as marcas do tempo, desde que a Usina Tanques foi desativada, imagem acima (1985) e a imagem abaixo do momento mais recente em (2024).



Fonte: Arquivo Blog do Rildo e Alberto Nasiasene (2024)

Em 1997, a usina foi fechada definitivamente, deixando centenas de trabalhadores desempregados. Conforme documentos judiciais, em 1999 o INCRA obteve a posse das terras através de ação de desapropriação (Processo nº 99.7822-5, fls. 1-12), criando o Assentamento Nova Margarida. Entrevistados em outra pesquisa lamentaram o abandono: "Hoje acabou tudo aqui [...] vivemos de aposentadorias e do Bolsa Família" (Entrevistada 1 apud Silva, 2021, p. 34).

A desapropriação ocorreu em resposta à pressão de movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Direitos Humanos de Guarabira, que denunciavam a exploração de trabalhadores rurais e a ausência de políticas agrárias efetivas França (2020). A indenização à Usina Tanques totalizou R\$ 167.829,56 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos, paga por meio de Títulos da Dívida Agrária (TDA's) e depósitos em espécie (BRASIL, 1999, p. 3).

A consolidação do assentamento foi possibilitada pela criação da Associação dos Produtores Rurais de Santa Terezinha em 1999, não tem como falar do Assentamento Santa Terezinha, sem falar de sua Associação criados ambos no mesmo ano de 1999 (Figuras 4 e 5), consolidado e endossado pelo estatuto da Associação estatuto esse que garante direitos e deveres para seus assentados, esse que foi reformulado em 2006 e atualizado em 2024 para se adequar ao Novo Código Civil (Lei 10.406/2002).

Figura 4. Imagem do último casarão construído no período da Usina Tanques em Alagoinha-PB imagem de 2009



Fonte: Arquivos do autor (2025)

Figura 5. Foto da atual Casa Sede da Associação em dezembro de 2024



Fonte: Arquivos do autor (2024).

A associação estruturou-se com base em uma gestão democrática, que incluía a eleição de uma diretoria executiva e um conselho fiscal. Além disso, estabeleceu categorias de associados, como fundadores, efetivos e beneméritos (Estatuto social da Associação dos Produtores Rurais de Santa Terezeinha 2024, p. 4). “A associação se dedicou à defesa de direitos, lutando por acesso à educação, saúde e infraestrutura local” (Oliveira, 2018, p. 112).

As dificuldades em viver em um assentamento com a associação são muitas, Silva (2021, p. 55) relata que que “Apesar dos desafios, como a dependência de recursos externos e a pressão de latifundiários, a entidade se manteve como um símbolo de resistência, articulando-se com sindicatos rurais e organizações não governamentais”. Em 2016, o assentamento foi registrado no Cadastro Ambiental Rural (CAR), com uma área total de 207,5498 hectares, visando a adequação ao Código Florestal (Lei 12.651/2012).

Cabe ressaltar que no assentamento existem diversos problemas, que impossibilitam uma maior autonomia dos assentados, dificultando a vida como mais dignidade, tais problemas já foram relatados:

Atualmente, o Santa Terezeinha I enfrenta problemas como a falta de infraestrutura, com dificuldades no acesso a água potável e estradas, além de uma pressão econômica que resulta na dependência de

cultivos de subsistência, como milho, feijão e mandioca, e uma baixa inserção em mercados formais (CPT, 2019, p. 67).

As ameaças ambientais, como a degradação do solo e a escassez hídrica, são agravadas pelas mudanças climáticas (Brasil, 2012, art. 3º), isso se refleti nas dificuldades do plantio, pois as chuvas não estão tão frequente no período tradicional, o próprio processo de manejo de solo tem problemas, pois muitos assentados ainda realizam práticas não ambientalmente sustentáveis, como a queimadas, limpa de toda a vegetação em encosta.

No que se trata as dificuldades do assentamento no cenário atual destaca-se a falta de políticas públicas de apoio aos moradores, a falta de empenho do INCRA em desenvolver projetos e auxílios para os trabalhadores vem sendo o grande problema vivido pelos moradores, que cada vez mais estão ficando envelhecidos e vendo seus filhos que sem opções acabam se mudando para cidades em busca de trabalho fazendo com que os assentamentos de forma geral fiquem a mercê de mínimos incentivos governamentais.

O Assentamento Santa Terezinha I é um exemplo das lutas camponesas contraestruturas fundiárias excludentes. "Sua trajetória ilustra a dialética entre violência e resistência, comum no Nordeste brasileiro, onde a reforma agrária avança lentamente, dependendo da mobilização social e da mediação institucional" França (2020, p. 130). Apesar dos avanços, como a regularização via CAR, como aponta Oliveira (2018) que os desafios estruturais demandam políticas públicas integradas, capazes de garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do assentamento.

Atualmente, o Assentamento possui 32 casas e uma associação que substituiu o casarão da antiga usina (figuras 4 e 5). Dessas 32 casas, 20 pertencem aos titulares que estão na comunidade desde a fundação do assentamento e, conseqüentemente, da Associação em 1999. As outras 12 casas são de agregados (filhos dos moradores). A comunidade conta com um campo de futebol ponto de referência da comunidade, além de 2 bares/lanchonetes e uma casa de farinha (figuras 6 e 7).

Figura 6: A casa de farinha de um morador do Assentamento Santa Terezinha-Alagoínia-PB em março de 2025



Fonte: Arquivos do autor (2025)

Figura 7: O trabalho dos assentados na casa de farinha, Assentamento Santa Terezinha – Alagoínia/PB em março de 2025.



Fonte: Arquivos do autor (2025)

Ainda sobre a infraestrutura, em relação a saúde e educação há uma total dependência da cidade Alagoinha PB, já que recentemente, a comunidade foi beneficiada por uma emenda parlamentar de R\$ 74 mil destinada pelo deputado federal Gervásio Maia (PSB) para a compra de equipamentos voltados ao processamento de frutas e armazenamento de polpas. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerar emprego e renda, além de estimular a economia local. Os equipamentos foram entregues à Associação Comunitária dos Moradores do Assentamento Santa Terezinha I, atendendo a solicitações da ex-prefeita Alcione Beltrão, de Vitor Beltrão, do representante da associação, Luiz Laudelino, e de outros moradores.

A ação contou com o apoio da Codevasf, por meio do superintendente Irlan Guimarães Filho, e foi destacada por Gervásio Maia como uma contribuição importante para o desenvolvimento de Alagoinha e para a melhoria das condições de trabalho na região. Essa emenda concedeu dois kits para processamento de polpas de frutas. Esses kits incluem: 8 freezers, 2 fogões, 2 fornos, 4 liquidificadores industriais, 20 caixas, 2 mesas de aço inox, 2 despoldadeiras, 2 balanças e 2 tanques para lavar frutas.

Além disso, a comunidade aguarda a chegada de um trator, também contemplado pela emenda. Tais benefícios foram obtidos graças ao trabalho do atual presidente da Associação, Luiz Laudelino da Silva, que, além de ser o primeiro presidente da entidade, tem fortalecido parcerias com a CPT, EMATER, a ex-Prefeita Alcione Beltrão, o ex-Vereador Vitor Beltrão, o Deputado Gervásio Maia, e com os atuais vereadores da Câmara Municipal para viabilizar essas conquistas.

Em conclusão sobre a infraestrutura do assentamento não possuiu escola, a antiga escola que havia em um povoado próximo à comunidade, chamado Sítio Tabocas, também em Alagoinha-PB, foi demolida no ano de 2014. A questão da saúde é resolvida na própria cidade de Alagoinha ou em Guarabira-PB, visto que a comunidade não possui escola nem posto de saúde. Ainda falando de educação, as crianças da comunidade participavam de um reforço escolar que era realizado no salão comunitário da casa-sede. Em relação ao transporte, alguns moradores possuem motocicletas para poderem se deslocar até a cidade, seja para fazer compras, vender na feira ou a passeio. Contudo, muitos ainda dependem de terceiros, como mototaxistas e taxistas.

O transporte escolar é feito por uma van de modelo antigo, na qual os alunos, na maioria das vezes, vão espremidos uns contra os outros até chegarem aos colégios da cidade. A agricultura e a pecuária ainda são bastante rudimentares, com baixo uso de tecnologias, dependendo muito da força braçal. As casas são separadas, cada uma em seus respectivos lotes. Já uma característica fortemente ligada à comunidade são as práticas religiosas, majoritariamente católicas, como o novenário de Santa Terezinha, que acontece todos os anos em setembro, atraindo visitantes de outras comunidades ao Assentamento Santa Terezinha I. Além disso, outras campanhas missionárias são realizadas esporadicamente ao longo do ano, movimentando a comunidade, especialmente nos aspectos culturais e de lazer.

4. Resultados da Pesquisa de Campo em Assentamento Agrícola (2025)

Na pesquisa de campo, com as entrevistas (Figura 8), foi possível estabelecer um Perfil Produtivo e Econômico dos 20 moradores titulares entrevistados, 90% dos entrevistados (18 pessoas) já trabalharam na usina de cana-de-açúcar, exercendo diversas funções, principalmente no corte da cana.

Figura 8: Processo de entrevista da pesquisa, junto aos assentados



Fonte: Arquivos do autor (2025)

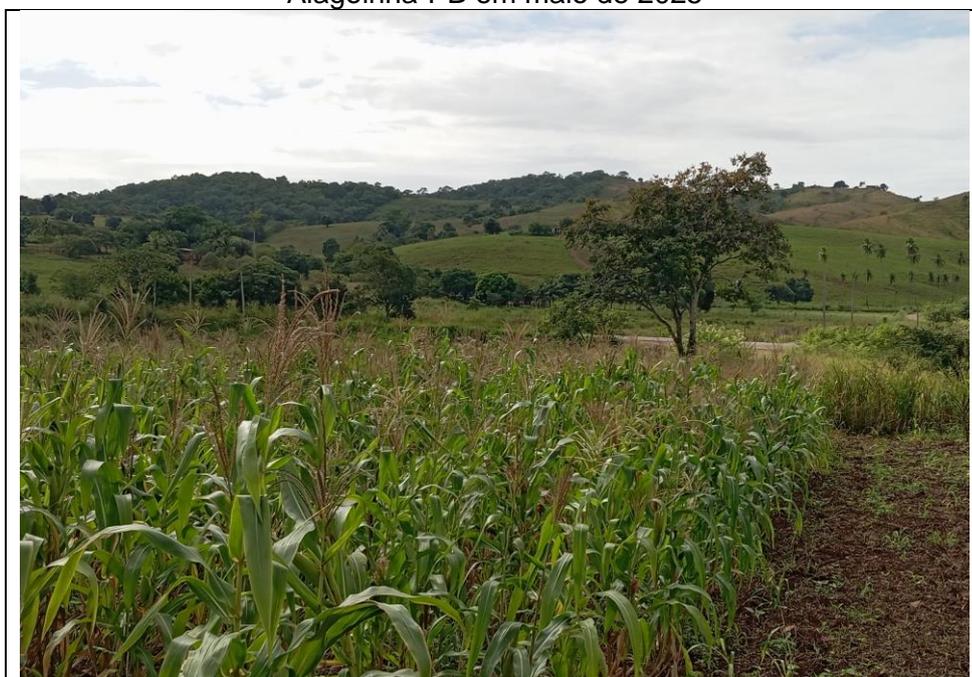
Sobre financiamentos, 60% dos participantes da pesquisa (12 pessoas) utilizaram empréstimos do Banco do Nordeste, e, dentre estes, 33,3% (4) relataram dificuldades no pagamento destas operações financeiras. Do total dos entrevistados, outros 30% (6) recorreram à CONAB, dentre estes, 33,3% (2) tendo resultados insatisfatórios. Os projetos da CONAB estavam voltados para o plantio de algodão, milho e macaxeira.

Em relação à produção, 90% (18) sofreram perda total em 2025, enquanto 10% (2) tiveram perdas parciais, em razão dos eventos climáticos, seja as chuvas fortes em período não apropriado para os cultivos, ou pela seca em período que se esperava chuvas. O clima de 2025 foi considerado desfavorável por 75% (15), razoável por 15%

(3) e bom por 10% (2). As mudanças climáticas podem ser sentidas na agricultura camponesa, fazendo que chuvas ou seca seja em momentos não costumeiramente, isso de certa forma atrapalha o processo da plantação e do cuidado.

Quanto às lavouras plantadas, observa-se que são categorizadas enquanto uma produção da agricultura familiar, onde 85% (17 pessoas) dos entrevistados produzem para venda, com destaque para o milho 60% das menções, fava (40%) e mandioca (15%), cabe ressaltar que parte dessa produção fica para uso e mantimento da família (Figuras 9 e 10).

Figura 9: Plantação de milho perdida de um morador do Assentamento Santa Terezinha-Alagoinha-PB em maio de 2025



Fonte: Arquivos do autor (2025)

Em relação a Tecnologia e Práticas Agrícolas todos os entrevistados utilizam ferramentas manuais, como enxada, foice e enchadeco. A mecanização ocorre principalmente via trator, onde 95% dos entrevistados (19) contam com equipamentos alugados pela prefeitura anualmente, porém, ainda 20% dos participantes (4) contrataram serviços extras em 2025.

Figura 10: Novo plantio de um morador do Assentamento Santa Terezinha- Alagoinha-PB em maio de 2025



Fonte: Arquivos do autor (2025)

No processo produtivo, em relação a irrigação e controle de pragas, 75% (15) dos entrevistados irrigam as lavouras e utilizam defensivos como carrapaticida, com base apenas na bula. Percebe-se que para manter a produção os assentados se utilizam de meios próprios para irrigar as lavouras. Há o uso indiscriminados de agrotóxicos como o carrapaticida, principalmente para combater algumas pragas, isso pode trazer graves problemas a saúde dos assentados, uma vez que muitos não usam nenhum tipo de equipamento de proteção individual. Além disso, a produção é feita sem auxílio técnico, o que pode resultar em níveis de concentração altos na produção.

A estrutura produtiva é focada na pecuária (figura 11): 85% (17) destinam entre 3 e 4 hectares para criação animal, principalmente gado (Figura 10). Apenas 15% (3) não praticam essa atividade. Na sanidade animal, 75% (15) vacinam o gado, utilizando produtos como Ivomec, Ferrodec, vacinas contra raiva e aftosa, além de Ectinil. Essas ações são fundamentais para a manutenção da produção e prevenção de perdas no rebanho.

Em relação a estrutura familiar dos assentados, cerca de 25% (5 pessoas) dos entrevistados cedem parte de seus lotes a familiares (filhos, netos ou sogros), formando núcleos com média de 3 a 4 pessoas. Em 85% (17) dos lotes, o cônjuge auxilia nas atividades domésticas e agrícolas, enquanto 35% (7) não contam com ajuda dos filhos. Entre os entrevistados, 15% (3) relataram dificuldades

severas na produção: um por problemas de saúde, um por falta de mão de obra e um por ser mulher e única responsável pelo lote.

Além disso, constatou-se que cerca de 31 filhos de assentados (aproximadamente 62% do total de filhos mencionados nas entrevistas) já deixaram a comunidade em busca de melhores condições de vida em outros centros urbanos, como Alagoa Grande, Alagoinha, Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Santa Catarina.

Figura 11: Criação de gado de um morador do Assentamento Santa Terezinha-Alagoinha-PB em maio de 2025.



Fonte: Arquivos do autor (2025)

Quando tratamos sobre a composição da renda dos assentados, a terra é a principal fonte de sustento para 80% (16 pessoas) dos entrevistados, enquanto 20% dos participantes, exercem outras atividades complementares, como taxista, dono de bar ou operador de casa de farinha. Todos recebem algum tipo de auxílio governamental, seja a aposentadoria, bolsa família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), porém 20% dos entrevistados (4 pessoas) dos entrevistados não possuem aposentadoria própria, nem do cônjuge. O Bolsa Família complementa a renda de 25% dos entrevistados (5), revelando sua importância na economia local.

Sobre a percepção política, 65% dos entrevistados (13 pessoas) avaliam positivamente o governo federal, enquanto 15% (3 pessoas) dos participantes o consideram ruim. Todos criticam a prefeitura, que, segundo os entrevistados, limita-

se a ações básicas como fornecimento de tratores e manutenção de estradas. As dificuldades infraestruturais para a produção e venda é lembrado por todos os entrevistados, de modo que são realizadas poucas ações para sanar estes problemas.

Em relação a habitação e a infraestrutura das residências, todas as famílias residem em casas de alvenaria com cobertura de telha, fruto de recursos para a implementação do assentamento (figuras 12 e 13). Em relação ao saneamento, 95% (19) possuem fossa séptica. Quanto à água, embora todos tenham acesso à rede encanada, 45% (9 pessoas) dos entrevistados preferem consumir água de poço artesiano. A energia elétrica está presente em 100% das residências. O uso de gás de cozinha é comum, com 80% dos participantes utilizando um botijão por mês, complementado com lenha. Apenas 10% compram a lenha para ser utilizada, demonstrando uma prática de aproveitamento dos recursos naturais locais.

Figura 12: A casa de morador do Assentamento Santa Terezinha- Alagoinha-PB em maio de 2025



Fonte: Arquivos do autor (2025)

Figura 13: Outra casa de morador do Assentamento Santa Terezinha- Alagoinha-PB em maio de 2025



Fonte: Arquivos do autor (2025)

Em relação a sua auto percepção como agricultor, a atividade agrícola (figuras 19 e 20) é valorizada por 95% (19) dos entrevistados, que afirmam, gostar do que fazem, embora só 5% (1) tenham escolhido essa ocupação por vocação, segundo sua própria compreensão. A associação local é reconhecida por todos como essencial, especialmente no que se refere à defesa de direitos trabalhistas, acesso à orientação técnica e apoio no processo de aposentadoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou o uso do território agrícola a partir da experiência concreta do Assentamento Santa Terezinha I, localizado em Alagoinha-PB. Por meio de uma abordagem metodológica mista — que combinou questionários, entrevistas e observação participante —, foi possível compreender não apenas os aspectos estruturais da reforma agrária no Brasil, mas também as múltiplas dimensões da realidade enfrentada pelos assentados: econômica, social, cultural e simbólica.

Constatou-se que, embora o processo de reforma agrária tenha possibilitado o acesso à terra e tenha proporcionado melhorias iniciais, como a construção de moradias e o mínimo de estrutura fundiária, ele ainda está longe de representar uma solução plena e definitiva para as desigualdades históricas no campo. A precariedade no acesso à saúde, educação, saneamento básico, estradas, assistência técnica e políticas públicas de incentivo à produção revela um cenário de abandono institucional que compromete seriamente a sustentabilidade dos assentamentos a médio e longo prazo.

Durante a realização da pesquisa de campo, uma percepção particularmente sensível foi a relação entre renda e clima. A produção agropecuária local — baseada na agricultura familiar, com cultivos de subsistência como milho, feijão, macaxeira e inhame — depende quase exclusivamente das chuvas, e, portanto, está sujeita a eventos climáticos extremos, como secas prolongadas. Em 2025, a estiagem de aproximadamente dois meses e meio resultou em perdas severas para a maioria dos lotes, escancarando a vulnerabilidade produtiva das famílias.

Outro ponto crítico observado foi o esvaziamento demográfico da juventude rural. Estima-se que cerca de 31 filhos de assentados já deixaram a comunidade, buscando melhores condições de vida em cidades maiores, como Alagoa Grande, Alagoinha, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Esse êxodo rural está diretamente relacionado à ausência de perspectivas locais: o trabalho na terra ainda é pesado, feito com ferramentas rudimentares, e a mecanização é mínima, com pouca assistência técnica, baixa renda e escasso acesso a mercados formais.

Ao entrevistar os 20 moradores titulares do assentamento, ficou claro que muitos deles já estão envelhecidos e fisicamente desgastados após décadas de trabalho árduo e solitário com a terra. Essa geração, que enfrentou a grilagem, a opressão dos grandes proprietários e a negligência do Estado, hoje teme que a terra

conquistada com tanto esforço se perca por falta de sucessão. Essa é uma herança simbólica e material que precisa ser debatida com urgência: como garantir a permanência e a valorização do campo para a nova geração?

Mesmo diante dessas dificuldades, há uma força que resiste: a organização coletiva. A Associação dos Produtores Rurais de Santa Terezinha tem sido, desde sua fundação, um pilar essencial para a comunidade. Por meio dela, foram conquistados alguns avanços, como a chegada de emendas parlamentares, equipamentos para o beneficiamento de frutas e a articulação com entidades como a CPT, EMATER e a Câmara Municipal. Esse protagonismo comunitário é uma resposta direta à ausência do Estado, e mostra que, com organização, é possível conquistar melhorias.

No entanto, essas ações ainda são insuficientes frente à complexidade dos problemas enfrentados. A reforma agrária não pode se resumir à distribuição da terra. É preciso garantir o que vem depois: financiamento acessível, crédito orientado, assistência técnica continuada, capacitação, inclusão digital, acesso ao ensino técnico e superior, apoio às mulheres agricultoras e incentivo às práticas agroecológicas e sustentáveis. Sem isso, corre-se o risco de a terra voltar a ser improdutiva ou abandonada, frustrando todo o projeto de justiça social que motivou sua conquista.

Em síntese, este estudo evidencia que os assentamentos rurais, quando bem estruturados e acompanhados por políticas públicas eficazes e de longo prazo, representam instrumentos fundamentais para a superação das desigualdades fundiárias e para a promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável. No entanto, os dados mostram que ainda estamos distantes desse ideal. A luta pela terra continua, e agora ela passa também pela luta pelo direito de permanecer nela com dignidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F.; DEL GROSSI, M. DESIGUALDADE DE TERRAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA. **REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA**, SÃO PAULO, V. 67, N. 2, P. 45–67, 2020.
- AMARANTE, J. C. A.; MOREIRA, I. T.; AMARANTE, P. A. **EFEITOS DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS NA PARAÍBA: ANÁLISE DE 1995 A 2012**. [S.L.: S.N.], ANO XXVIII, N. 1, P. 55–72, JAN./FEV./MAR. 2019.
- ANDRADE, F. L.; QUEIROZ, P. V. M. ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO-ASA E O SEU PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: **A INFLUÊNCIA DA ASA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. IN: KÜSTER, A.; MARTI, J. F. (ORGS.). **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO: EXPERIÊNCIAS E CONQUISTAS NO NORDESTE DO BRASIL**. FORTALEZA: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER, 2009. P. 26–53.
- ANDRADE, S. M. C. **AÇÃO SINDICAL NO CAMPO A PARTIR DA DÉCADA DE 70: O CASO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DE PERNAMBUCO**. 1994. **TESE (DOUTORADO) – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 1994**.
- ARBAROTTI, A. E.; MARTINS, R. C. CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA: **O SURGIMENTO DE NOVAS GERAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE VIDA**. **POLÍTICA & TRABALHO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S.L.], V. 1, N. 45, 2017.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE SANTA TEREZINHA**. ESTATUTO SOCIAL REFORMADO. ALAGOINHA: [S.N.], 2024.
- BETTO, F. **O QUE SÃO COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE?** SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1981.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BRASÍLIA, DF: **PRÉSIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988**. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.H TM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- BRASIL. **JUSTIÇA FEDERAL. SEÇÃO DA PARAÍBA. MANDADO DE IMISSÃO DE POSSE Nº 2100/99: AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO Nº 99.7822-5**. JOÃO PESSOA, 13 AGO. 1999.
- BRASIL. **PROCESSO Nº 99.7822-5 – AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO**. JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA, 1999.
- CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) DO ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA I**. BRASÍLIA, 2016.
- CASAGRANDA ZANELLA, F.; BOTTON PICCIN, M. **ASSENTAMENTOS RURAIS E RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA: AMBIGUIDADES NO RECONHECIMENTO DOS ASSENTADOS NA REGIÃO ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL**. **INTERAÇÕES (CAMPO GRANDE)**, [S.L.], V. 20, N. 4, P. 1165–1178, 2019.

CNBB. **PASTORAL DA TERRA: 10 ANOS DE CAMINHADA.** SÃO PAULO: EDIÇÕES PAULINAS, 1986.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. RELATÓRIO DO CONFLITO NA FAZENDA CUMARU/JACARÉ. GUARABIRA, 1986.

DAUDELIN, J. **RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE DISPUTAS EM CONFLITOS DE TERRA.** IN: **BUAINAIN, A. M. (COORD.); SILVEIRA, J. M. F. J. DA; FERNANDES, B. M. ET AL. LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E GESTÃO DE CONFLITOS NO BRASIL.** CAMPINAS, SP: EDITORA DA UNICAMP, 2008. P. 267–284.

DIEGO, J. P. **REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO NORDESTE BRASILEIRO.** 2. ED. JOÃO PESSOA: EDITORA UNIVERSITÁRIA, 2020.

FERNANDES, B. M. **A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL. REVISTA NERA, PRESIDENTE PRUDENTE, V. 1, N. 1, P. 56–75, 2000.**

FERNANDES, B. M. **MST: OS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA E SUA LUTA PELA TERRA.** SÃO PAULO: HUCITEC, 1999.

FERNANDES, B. M. **O MST E A REVALORIZAÇÃO DO TRABALHO COM A TERRA. CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, VITÓRIA DA CONQUISTA, V. 3, N. 5, P. 77–98, JAN./JUN. 2004.**

FERREIRA, M. S. **MULHERES E REFORMA AGRÁRIA: A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ASSENTAMENTOS.** SÃO PAULO: CORTEZ, 2012.

FRANÇA, D. P. I. DE. **TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E PRÁXIS: MEMÓRIAS TERRITORIAIS DE LÁGRIMAS E LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE GUARABIRA.** CURITIBA: CRV, 2020.

FREIRE, P. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO.** 62. ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2016.

GONÇALVES, J. S. **A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS: A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE.** IN: **BUAINAIN, A. M. (COORD.); SILVEIRA, J. M. F. J. DA; FERNANDES, B. M. ET AL. LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E GESTÃO DE CONFLITOS NO BRASIL.** CAMPINAS, SP: EDITORA DA UNICAMP, 2008. P. 147–170.

HAESBAERT, R. **O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: DO “FIM DOS TERRITÓRIOS” À MULTITERRITORIALIDADE.** RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 2004.

HARVEY, D. **O NOVO IMPERIALISMO.** SÃO PAULO: LOYOLA, 2004.

HEREDIA, B. M. **REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UMA AGENDA INACABADA.** ESTUDOS SOCIEDADE E AGRICULTURA, RIO DE JANEIRO, V. 8, P. 25–56, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). MAPA DO ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA I. JOÃO PESSOA, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA JACARÉ/CUMARU. JOÃO PESSOA: INCRA/SR 18, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). RELATÓRIO TÉCNICO DE VISTORIA DA FAZENDA JACARÉ. JOÃO PESSOA: INCRA/SR 18, 1999.

JUNGER, C. REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, CAMPINAS, V. 28, N. 100, P. 727–750, OUT. 2007.

LEITE, S. P. ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA VISÃO MULTIDISCIPLINAR. BRASÍLIA: NEAD, 2004.

LOMBARDI, J. C.; CAMPOS, R. A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, CAMPINAS, V. 25, N. 88, P. 1127–1145, 2004.

MARTINS, J. S. O CATIVEIRO DA TERRA. 10. ED. SÃO PAULO: HUCITEC, 1998.

MARTINS, J. S. O PODER DO ATRASO: ENSAIOS DE SOCIOLOGIA DA HISTÓRIA LENTA. SÃO PAULO: HUCITEC, 1994.

MARX, K. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. LIVRO I. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2013.

MOURA, M. V. M. LUTA PELA TERRA E PRODUÇÃO CAMPONESA: O ASSENTAMENTO RURAL COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E TRABALHO. 2020. 173 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL) – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, JOÃO PESSOA, 2020.

NAVARRO, Z. O “M” QUE INCOMODA. ESTUDOS AVANÇADOS, SÃO PAULO, V. 15, N. 43, P. 63–72, MAIO/AGO. 2001.

OLIVEIRA, A. U. A QUESTÃO AGRÁRIA: CONFLITOS E IMPASSES. IN: STEDILE, J. P. (ORG.). A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O DEBATE NA DÉCADA DE 90. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2005. V. 1. P. 61–78.

OLIVEIRA, A. U. GEOPOLÍTICA DA TERRA. SÃO PAULO: CONTEXTO, 1996.

OLIVEIRA, A. U. MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E AGRICULTURA. REVISTA ESTUDOS SOCIEDADE E AGRICULTURA, RIO DE JANEIRO, N. 1, P. 5–29, 1993.

PEREIRA, J. M. M. OS SUJEITOS DO CAMPO E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. IN: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (ORG.). POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL. PORTO ALEGRE: UFRGS, 2015. P. 95–112.

PEREIRA, J. M. M. TERRITÓRIOS RURAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES. **REVISTA NERA, PRESIDENTE PRUDENTE, V. 1, N. 12, P. 1-17, 2008.**

RAMOS, A. R. S. TERRITÓRIOS CAMPONESES E A LUTA PELA TERRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. JOÃO PESSOA: **EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2020.**

SANTOS, B. S. A CRÍTICA DA RAZÃO INDOLENTE: CONTRA O DESPERDÍCIO DA EXPERIÊNCIA. SÃO PAULO: CORTEZ, 2000.

SANTOS, B. S. A GRAMÁTICA DO TEMPO: PARA UMA NOVA CULTURA POLÍTICA. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2006.

SANTOS, M. A NATUREZA DO ESPAÇO: TÉCNICA E TEMPO, RAZÃO E EMOÇÃO. 4. ED. SÃO PAULO: EDUSP, 2006.

SILVA, J. G. **O MST E A REFORMA AGRÁRIA: A EXPERIÊNCIA DE UM ASSENTAMENTO NO NORDESTE BRASILEIRO.** FORTALEZA: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER, 2002.

SOUZA, M. L. **TERRITÓRIO E GESTÃO TERRITORIAL: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS.** SÃO PAULO: OUTRAS EXPRESSÕES, 2013.

STEDILE, J. P. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS.** SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, SÃO PAULO, N. 59, P. 102-121, 1999.

VEIGA, J. E. DA. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O DESAFIO DO SÉCULO XXI.** RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2005.

TRASPADINI, R. **QUESTÃO AGRÁRIA E CAPITALISMO NO BRASIL. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2018.**

TRASPADINI, R. **POLÍTICAS AGRÁRIAS E ELITES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.** IN: SILVA, J. (ORG.) **REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO. SÃO PAULO: EDITORA ANITA, 2018. P. 50-75.**

TRASPADINI, R. **QUESTÃO AGRÁRIA E AMÉRICA LATINA: BREVES APORTES PARA UM DEBATE URGENTE. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, RIO DE JANEIRO, V. 9, N. 3, P. 1694-1713, 2018.**

ROCHA, A. C. DE O.; NOBRE, H. G. **LIMITES E PERSPECTIVAS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORDESTE PARAENSE. RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, [S. L.], V. 20, N. 1, P. 275-306, 2017.**

ANEXO A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES QUE FORAM VISITADOS NO CAMPO

MUNICÍPIO: _____ DATA: ___/___/2025

ENTREVISTADOR:

AGRICULTOR(A) ENTREVISTADO(A):

I – DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome:

2. Em que ano nasceu ou quantos anos têm? _____

3. Pode contar como foi sua vida desde que nasceu até hoje:

3.1 Onde nasceu: _____ 3.2 Por que saiu do lugar de nascimento:

3.3 Em quantos lugares morou: _____ 3.4 Onde morou:

3.5 Em que trabalhou em cada lugar:

3.6 Quando casou foi morar: com os pais lugar próprio 3.7 Em que local: sítio cidade

3.8 Como conheceu sua mulher:

5. O entrevistado estudou: Sim Não 5.1 Até que série: _____

5.2 Se não, por que não estudou?

II – CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO AGRICULTOR ENTREVISTADO

1. Quantos filhos têm? _____ 1.1. Quantos filhos homens: _____ 1.2 Quantas mulheres?

3. Quantos anos tem cada filho(a)?

4. Todos os seus filhos moram aqui com o(a) senhor(a)?

5. Se algum(a) filho(a) saiu de casa perguntar: 5.1 Porque saiu:

5.2 Com que idade saiu: _____ 5.3 Para onde foi:

_____ 5.4 Onde se encontra agora:

5.5 A saída do(a) filho(a) prejudicou o andamento dos trabalhos na atividade agrícola ou na terra: Sim

Não

5.6 Procurar saber por que desse prejuízo:

6. Quantas pessoas moram na terra ou sítio: _____ 6.1 Além do produtor e sua família tem outras

pessoas ou famílias morando na sua terra: Sim Não 6.2 Se tem, qual relação de parentesco:

_____, 6.3. Qual a relação que se estabelece entre o produtor responsável pela

terra e os outros moradores da terra:

6.3.1 As outras pessoas que moram na terra trabalham nela: sim não

6.3.2 Qual é a relação de trabalho: morador parceiro arrendatário outra

6.3.2 Se ninguém mora na terra pedir explicação do por quê:

7. Quantas pessoas moram na casa do entrevistado: _____

7.1 Tem alguém que não é da família que mora na casa: Sim Não 7.2 Quantas pessoas:

III - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

10. Existe alguma parte da terra que não pode ser aproveitada?

10.1 Se sim, Qual o tamanho da área: _____ 10.2 Por que não pode ser aproveitada? _____

11. Tem alguma área que é de reserva e/ou de preservação? _____ 11.1 Se sim, qual é a dimensão: _____.

11.2 A que corresponde essa área: nascente mata outra: _____

12. O que a terra significa para o entrevistado?

IV – A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1. Hectares da terra destinados ao cultivo de lavouras: _____ 2. Hectares destinados à criação: _____

3. Quais as lavouras que cultiva: _____

4. Qual a mais importante: _____ 4.1 Por quê? _____

5. Qual é a época de plantio e de colheita: _____ 5.1 Este ano, quando plantou: _____ 5.2 Quando colheu: _____ 5.3 Coincide a plantação com o período de chuva: Sim Não 5.4 Qual período do início das chuvas: _____

_____ 5.5 Até que mês chove: _____

5.6 Qual é o período de estiagem: _____ 5.7 Este ano, o período de chuvas coincidiram com o retratado: Sim Não 5.8 Foi um ano bom de chuva: Sim Não

5.9 O que é um ano bom de chuva para o

entrevistado: _____

6. Em qual o período do ano o(a) sr.(a) prepara a terra para o plantio?

7. Tem diferença de lavoura para lavoura: Sim Não 7.1 Se positivo qual é a diferença:

8. Quantos hectares plantou com lavoura este

ano: _____

8.1 Quantos hectares plantou com cada tipo de

lavoura: _____

9. Quanto colheu de cada

lavoura: _____

10. Teve alguma perda em alguma lavoura na safra desse ano: Sim Não

10.1 Se positivo, em que produto e qual a

causa: _____

11. Como é feita a preparação do solo para o plantio (em que consiste - etapas):

Broca e derrubada queimada (coivara) destocamento gradagem marcação do terreno e piqueteamento

enterrio das estações e preparo de covas plantio das mudas no campo

outro: _____

11.1 Verificar o tipo de instrumento usado: próprio alugado.

11.2 Instrumentos usados: enxada grade semeadeira/plantadeira cultivador trator
 outros: _____

11.3 Se o trator ou qualquer instrumento é alugado: Sim Não

11.4 procurar saber a quem
 aluga: _____

11.5 Como
 aluga: _____

11.6 Quanto paga pela
 hora: _____

12. Qual o destino da produção deste ano: toda para o consumo parte para o consumo e parte para
 venda
 toda para a venda

12.1 Procurar saber a quantidade de cada produto produzido que se destina ao consumo:

12.2 E a venda:

13. Qual o sistema de comercialização: vende diretamente ao consumidor na feira vende ao
 atravessador

13.1 Como se dá a negociação: tem comerciantes certos que compram a produção aleatória
 outra: _____

13.2 O nome dos
 comerciantes: _____

14. O senhor beneficiou algum produto em 2024: Sim Não 14.1 Se positivo, qual(is) o(s)
 produto(s) beneficiado(s):

14.2 Verificar se para o beneficiamento alugou algum equipamento ou pagou
 alguma percentagem pelo uso de
 algum equipamento para o beneficiamento: Sim

Não _____

15. Como tem se comportado o clima nos últimos tempos: _____

15.1 E seus efeitos sobre a produção (procurar ver nos últimos anos): _____

_____ 15.2 O clima foi favorável à agricultura este ano Sim Não 15.3 Se não, se teve prejuízo e como expressa este prejuízo: _____

17. Procurar saber se cria: gado, cabra, bode, ovelhas outros: _____

17.1 Quantas cabeças de cada espécie animal possui: _____

17.2 Como foram adquiridos os animais: financiados pelo Pronaf outra fonte de financiamento: _____, adquirido com recursos próprios ajuda de algum filho outros recursos: _____

18. Qual o destino do criatório: abate venda da carne abate e vende diretamente na feira local consumo exclusivo do leite pela família venda do leite 18.1 A quem vende: _____

_____ 18.2 Como vende: _____

22. Qual o preço atual de cada criação: cabra: _____, bode: _____, vaca: _____, bezerro: _____, boi: _____, outros: _____

23. Quais são os problemas principais para a criação: água ração capim palma cana forrageira Outro: _____

23.1 Tipo de forragem, se tem dificuldade de água para o gado, como faz para alimentar o gado durante o período de estiagem: _____

24. Procurar saber se o produtor já tomou dinheiro emprestado ao banco para a sua agricultura: Sim

Não

24.1 Se sim, quando tomou

emprestado? _____

24.2 Se sim, em que

Banco: _____

24.3 Para que finalidade:

24.4 Teve dificuldade para tomar o empréstimo? Sim Não 24.5 Qual foi a

dificuldade: _____

24.6 Procurar saber se teve dificuldade para pagar: Sim Não 24.7 Por

quê: _____

25. Que máquinas e equipamentos utiliza no processo de produção agrícola e pecuária? trator

colheitadeira bomba para irrigação aspersor para irrigação caminhão carroça ensiladeira

tritador

debulhadeira de feijão

outros: _____

25.1 Quais destes são próprios e quais são alugados ou

emprestados: _____

26. Quais os implementos que o (a) sr(a) utilizou no ano passado? arado grade adubador

semeadeira ou plantadeira cultivador roçadeira calcareador sulcador pulverizador

estrovenga ancinho pá

foice enxada

outro: _____ 26.1

Quais destes são próprios e quais são alugados ou

emprestados: _____

27. Usa algum tipo de adubo quais os tipos: orgânico químico 27.1 Em que

usa: _____

_____ 27.2 Onde

compra: _____

27.3 Como compra: _____ 27.4 Quem orienta: _____

28. Guarda semente de um ano para outro: Sim Não: _____

28.2 Se guarda, escolhe as melhores sementes: Sim Não 28.3 Já ouviu falar das sementes crioulas e nos Bancos de Sementes da ASA (Articulação do semi-árido): Sim Não 28.4 Se sim, o que acha: _____

_____ 28.5 Se compra, como é que compra: _____ 28.6 A quem compra: _____

28.7 Se recebe, de quem recebe: _____ 28.8 Como se dá o processo, recebe no tempo certo: _____

29. Utiliza remédio para os animais? Sim Não 29.1 Se sim, que remédios: _____

_____ 29.2 Para que doenças: _____

_____ 29.3 Quem orienta como usar: _____

30. Vacina os animais? Sim Não 30.1 Se sim, que veneno usa: _____

_____ 30.1 Onde compra: _____ 30.2 Em quais animais usa: _____

_____ 30.3 Quem orienta como usar? _____, 30.4 Quem vacina: _____

30.5 Vacinou este ano? Sim Não

31. Usa veneno para combater as formigas? Sim Não 31.1 Se sim, que veneno usa: _____

_____ 31.1 Onde compra: _____ 32.2 Quem orienta como usar? _____

32. Usa veneno para combater as pragas? Sim Não 32.1 Se sim, que veneno usa: _____

32.1 Onde compra: _____ 32.2 Para que tipos de pragas:

32.3 Quem orienta como
usar? _____

33. Usa herbicida para limpar o mato? Sim Não 33.1 Se sim, que herbicida
usa: _____

33.2 Onde
compra: _____

—

33.3 E quem orienta como
usar? _____

34. Utiliza alguma prática de conservação do solo? Calagem (uso de cal ou gesso para diminuir a
acidez do solo)

Curva de nível

Outra: _____

35. Utiliza a prática da irrigação? Sim Não 35.1 De que tipo: aspersão convencional
gotejamento

inundação micro-aspersão sistema mandalla

outro _____

35.2 E em que
culturas? _____

36. Quando foi que teve uma seca de verdade no
município? _____

37. O que faz o entrevistado para garantir a sobrevivência dos animais, a agricultura e a sobrevivência da
família? Dê um exemplo de como foi na última
seca. _____

38. Tem muita área no sítio onde a terra já foi boa e hoje não é mais? _____

V - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1. Trabalha na terra com a ajuda da família: Sim Não 1.1 Se sim, quem são os membros da família que trabalham na terra: filho cônjuge outro

parente: _____

2. Se trabalha com a ajuda da família, existe divisão de tarefas: Sim Não

3. Pode descrever qual é a tarefa de cada pessoa da família que trabalha na terra: 3.1 Quais as tarefas de responsabilidade da dona da

casa: _____

3.3 De responsabilidade das filhas mulheres:

_____ 3.4 De responsabilidade dos filhos homens: _____

4. Se trabalha com a ajuda da família, cada um tem seu roçado individual e lucra com ele próprio: Sim Não

4.2 Como é a divisão de

tarefas: _____

5. Pedir para o(a) entrevistado (a) contar como é o seu dia de trabalho desde a hora que acorda até a hora que para de

trabalhar: _____

6. Contrata trabalhadores: Sim Não 6.1 Se sim, quando

contrata: _____

6.2 Contrata para fazer que tarefas:

6.3 Contratou este ano: Sim Não 6.4 Se contratou este ano, quantos trabalhadores contratou:

6.5 Quando: _____ 6.6 Para fazer o quê:

_____ 6.7 De onde vêm os trabalhadores:

6.8 Como é a forma de pagamento: por produção por diária por empreitada por tarefa outro: _____

6.9 Contratou: mulheres e homens só homens só mulheres

6.10 Se contrata mulheres, para que atividades as contrata: _____

6.11 Se não contrata mulheres, por quê: _____

6.12 Qual o valor atual da diária de um trabalhador: _____

7. Participa na comunidade de algum trabalho em grupo (ex.: criação de frango, comercialização, etc.): Sim Não 7.1 Se sim, como se dá essa atividade: _____

8. É comum aqui na comunidade as pessoas ajudarem umas às outras no trabalho na agricultura: Sim Não

8.1 Se sim, como se dá esse tipo de ajuda: _____

12. Alguma outra pessoa da família que mora com o entrevistado também trabalha noutra terra: Sim Não

12.1 Se sim, em que condição: parceiro proprietário de outra terra arrendatário posseiro terra cedida trabalhador assalariado Outro: _____

13. Além da atividade agrícola o(a) sr(a) tem outra atividade que não é agrícola: Sim Não

13.1 Se sim, qual é essa atividade: _____ 13.2 Por quê tem essa outra atividade: _____

14. Outra pessoa da família que mora com o entrevistado e trabalha na terra tem outro trabalho: Sim Não

14.1 Se sim, procurar saber qual: _____ 14.2 Onde: _____

14.3 Quanto ganha por mês: _____ 14.4 Por quê? _____

V- POLÍTICAS PÚBLICAS

1. É beneficiado com algum programa social do estado: bolsa escola bolsa gás bolsa família programa do leite programa do pão um milhão de cisternas outro: _____

1.2 Se sim procurar saber como se dá o benefício: _____

1.3 Para que é utilizado: _____

1.4 Qual a importância para a vida da família de cada programa que foi ou é beneficiado: _____

VI- INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE, NO MUNICÍPIO E SOCIABILIDADE

1. Se reside no campo, a família costuma ir à cidade: Sim Não

1.1 Se sim, a qual cidade: _____

1.2 O que costuma fazer na cidade: feira ir à igreja fazer compras para a casa participar de festas

participar de reuniões em associação ou sindicato visitar familiares e amigos

outros: _____

1.3 Se não reside no campo, por que reside na cidade: _____

_____ 1.4 Desde quando reside na cidade: _____

2. O que o(a) sr(a) faz nas horas de folga: _____

3. Quais são as suas diversões: _____ 3.1 E de sua família: _____

3.2 Qual a principal diversão: _____

4. Participa de alguma associação: Sim Não 4.1 Se sim, qual: _____

5. Gosta de viver aqui e de ser agricultor(a): Sim Não 5.1 Por quê? _____

6. Quais as principais dificuldades que o pequeno agricultor enfrenta no município: _____

7. Sua família pratica alguma religião: _____

_____ 7.1 Sempre foi a mesma: _____

VII – AGENTES EXTERNOS

2. Como avalia a atual política do governo federal para o pequeno agricultor: _____

3. A prefeitura municipal tem alguma política voltada para o pequeno agricultor:

4 Existe alguma Associação Municipal dos Pequenos Produtores Rurais: Sim Não

4.1 Se existe, o (a) senhor(a) participa dela: Sim Não 4.2 Qual sua importância: _____

4.3 Como ela atua: _____

5. O STR do município tem atuado junto aos pequenos produtores rurais: Sim Não

5.1 Se atua como e em que atua:

5.2 Qual a importância do STR para os pequenos produtores rurais do município: _____

6. A igreja tem atuado junto aos pequenos agricultores do município: Sim Não

6.1 Se sim, de que

forma: _____

6.2 Se não, como o senhor vê a ação da igreja em relação ao pequeno agricultor do município: _____

7. Os políticos da região visitam/fazem reunião com os pequenos agricultores ou lhes dão assistência: Sim Não

7.1 Como: _____

VIII - CONDIÇÕES DE VIDA

1. A casa em que mora a família é própria: Sim Não

—

2. De que é feita a casa: tijolo madeira bloco coberta de telha coberta de palha Taipa etc.: _____

3. Quantos cômodos tem a casa (exceto banheiro): _____

4. A casa tem banheiro (sanitário/privada): Sim Não 4.1 Se tem, fica: dentro e fora dentro fora

5. Tem fossa: Sim Não 6. Tem sistema de esgoto: Sim Não 7. Tem água encanada: Sim Não

7.1 Se não tem água encanada: de onde vem a água de beber: _____

7.2 De onde vem a água para outro uso doméstico: _____

8. A casa é ligada a rede de energia elétrica: Sim Não 9. Tem meio de transporte próprio: Sim Não

9.1 Em caso positivo qual o tipo de meio de transporte que possui: _____

XI- RENDA

1. Quanto paga de energia elétrica por mês na casa onde mora: _____
2. Quanto paga de energia elétrica por mês no sítio: _____
3. Quanto paga de água por mês na casa onde mora: _____
4. E no sítio paga água para alguma coisa (através de carro pipa, ou outra forma de abastecimento)?
5. Se tem fogão a gás, quanto tempo passa com um bujão de gás: _____
6. Se o fogão é a lenha, compra a lenha: Sim Não
- 6.1 Se compra, quantos reais gasta por semana com lenha: _____
7. Usa carvão para cozinhar: Sim Não
- 7.1 Se usa quantos reais gasta por semana com a compra de carvão: _____
8. O que compra na feira por semana e o que consome por semana sem comprar tirando do que produz (no caso de agricultores com sítio ou roçado ou criação doméstica)?

Produto	Consome do que produz	Compra	Quantidade
feijão			
arroz			
farinha			
macarrão			
sal			
açúcar			
café			
óleo			
manteiga			

margarina			
vinagre			
banana			
laranja			
limão			
tomate			
cebola			
coentro			
Pimentão			
batata-inglesa			
Batata-doce			
gerimum			
inhame			
macacheira			
Carne verde			
Carne de sol			
Carne de charque			
galinha			
Peixe fresco			
Peixe seco			
Leite			
Outros			